

A grande ilusão: A visão Sul-Americana sobre a China¹



Marcelo Fernandes de Oliveira

Doutor em Ciência Política pela USP e
Professor de Relações Internacionais da UNESP
e-mail: marcelofernanandes@marilia.unesp.br



Meu argumento nesse ensaio é de que, nos últimos anos, os países sul-americanos, especificamente o Brasil na era Lula da Silva, vem hiper-dimensionando o papel que a China poderá ter nos seus respectivos projetos políticos, econômicos e estratégicos de inserção internacional no século XXI. E, por esse motivo, vem alimentando uma grande ilusão coletiva: a suposta boa vontade da China em tornar-se ator central, parceira estratégica na tarefa de geração de desenvolvimento econômico e social na região.

Para esmiuçar e desfazer essa grande ilusão basta-nos averiguar (a) a lógica do modelo de desenvolvimento econômico e social chinês e (b) suas conseqüências para os países da América do Sul, sobretudo à liderança regional do Brasil.

Sobre o desenvolvimento econômico e social da China, é inegável que ela tem se constituído como base, como *lócus* de dois processos entrelaçados que determinarão a lógica futura da acumulação de capital no mundo.

O primeiro deles consiste na consolidação de um Estado revolucionário-desenvolvimentista que teve a função de conduzir o país a índices constantes de crescimento e desenvolvimento econômico puxado por exportações. O que garantiu ao país o reconhecimento como economia de mercado e, por conseguinte, sua inserção na OMC, sobretudo com apoio do Brasil². O Estado chinês auferiu esses resultados, em grande medida, quando passou a seduzir boa parte das corporações globais a deslocar sua produção para o seu território. Deu-lhes como prêmio, por um lado, fatias futuras do seu mercado consumidor e, por outro, o fantástico reservatório de mão-de-obra qualificada, barata e sem proteção trabalhista, além dos muitos incentivos fiscais e tributários.

Por isso, entre outros fatores, nas últimas duas décadas, a China foi capaz de aprofundar sua industrialização através da integração em cadeias produtivas globais, atraindo para seu território muitas atividades industriais que, outrora, eram desenvolvidas na América do Sul e/ou Tigres Asiáticos e Japão. Pior que isso, no caso da América do Sul, é o fato de que mesmo após seu ajuste neoliberal com custos sociais alarmantes, a China continua sendo mais atrativa aos Investimentos Externos Diretos (IED). Em outras palavras, além de perder frações de cadeias produtivas globais das grandes corporações transnacionais para a China, a América do Sul e, especificamente o Brasil, deixou também de ser alvo de novos investimentos.

Em resumo, a capacidade chinesa de atração de cadeias produtivas inteiras vem causando desindustrialização massiva na América do Sul.



Se não bastasse, as plantas produtivas que restaram passam a sofrer concorrência dos produtos manufaturados chineses no seu mercado doméstico e regional bem como no mercado norte-americano. Além disso, como se aproveitasse da fragilidade de fiscalização aduaneira dos países sul-americanos, a região sofre com a concorrência desleal dos produtos piratas chamados de genéricos ou semi-oficiais. Dito em bom português, a China é uma tragédia para as indústrias brasileiras e dos países sul-americanos.

Combinado a essa tendência no ramo industrial, a China vem elevando o nível tecnológico da produção econômica asiática. Isso significa que a estratégia descrita acima de crescimento econômico na lógica de produção de massa para exportação vem servindo de base para a implantação de uma lógica de acumulação do capital sustentada na inovação, na mobilização do conhecimento, no aprendizado organizacional e no contínuo aperfeiçoamento das capacidades tecnológicas e de recursos humanos. O que poderá transformar a China de consumidora em um mercado fazedor de tecnologias e, portanto, extremamente influente na elaboração e irradiação do paradigma da Sociedade do Conhecimento.

Nessa perspectiva, a China poderá vir a se tornar um ícone global de produção e consumo em larga escala de C&T, deprimindo preços e diminuindo a rentabilidade dos agentes atuantes nesse setor não acoplados a seu mercado doméstico. Quando e se isso ocorrer, a China poderá consolidar posições na estrutura global das TIC, passando a influenciar determinados aspectos do mercado global e até mercados nacionais de importância para o mercado global, tais como o Japão.

Segundo Oliveira (2006) "Do lado dos suprimentos, é possível ver exportações chinesas de *hardware*, embora ainda apoiadas em produtos de baixo ou médio valor-agregado, desbancando o México ou o Japão como os grandes fornecedores dos EUA. Ou forçando alterações substanciais no perfil exportador de uma casa-de-força das TIC do nível de Taiwan. Do lado da demanda, o Japão, segundo maior mercado mundial para computadores pessoais, está em vias de perder essa posição para a China, com efeitos inescapáveis para as estratégias dos fabricantes globais da indústria da computação. Efeitos maiores virão quando a China alcançar a capacidade de definir o padrão dominante nuns quantos setores das TIC". E isso pode ocorrer mais rápido do que se espera, na medida em que desde as reformas de Deng Xiaoping, os chineses vêm refinando e profissionalizando sua tecnocracia. Muitos analistas consideram que na China moderna os tecnocratas traçarão as normas a serem seguidas pelos políticos.



É válido destacar que nesse setor da alta tecnologia o Brasil e os países sul-americanos são considerados pelos governantes chineses como um nicho de mercado consumidor. Não há propostas sérias de parceria estratégica nessa área entre esses países. Algo extremamente preocupante! Na medida em que esse setor é aquele que gera maior valor agregado com conseqüências benéficas já catalogadas para empresas, países e consumidores.

Esse sucesso da China resultou de um período na economia mundial caracterizado pela inflação baixa e liquidez abundante. Permitindo-lhe investir muito em setores industriais orientados para a exportação em um contexto de ausência de restrição de oferta. A mão-de-obra e a poupança são abundantes. Como conseqüência, os salários são baixos, enquanto o Partido Comunista mantém o câmbio depreciado. O governo controla parte da renda dos lucros, incentivando o desenvolvimento do espírito empresarial na busca do lucro, incentivando a exposição ao risco, fomentando a inovação.

A falha sistêmica no processo de desenvolvimento econômico da China na perspectiva sul-americana encontra-se na oferta abundante e barata de matéria-prima. O que torna a China importadora/cliente cativa de grande parte de *commodities* agrícolas, especificamente aquelas produzidas na América do Sul, elevando seus preços no mercado internacional. Para aproveitar bem essa oportunidade, o discurso é de que cabe aos sul-americanos, sobretudo aos brasileiros, acelerar sua infra-estrutura de armazenamento e transporte dos produtos pelo Oceano Pacífico. A patente incapacidade dos Estados nacionais sul-americanos e dos seus empresários nessa tarefa contribuiu para o início do inchamento da bolha da grande ilusão. Na medida em que o governo chinês e seus empresários aportaram na América do Sul com promessas mirabolantes, jamais concretizadas, de investir na infra-estrutura regional. Iludidos, os governantes sul-americanos esperam até hoje pelo cumprimento das promessas realizadas, enquanto os chineses se esquivam afirmando ser muito difícil, muito complexo investir por aqui, mas, paralelamente, continuam afirmando a necessidade da melhoria na infra-estrutura dos países para o escoamento da sua produção agrícola e de energia.

Muito pouco dos investimentos prometidos em 2004 durante a viagem de Hu Jintao pela América do Sul foi realizado³. Não por acaso, exceto aqueles investimentos que melhoram a capacidade exportadora de matéria prima do país, os quais estão "(...) fazendo do país uma das principais e mais sofisticadas plataformas de produção e processamento de *commodities* – e seus derivados semiprocessados e processados – do mundo, com o desenvolvimento em paralelo de toda uma gama de ramificações industriais, logísticas, financeiras,



mercadológicas e tecnológicas, que hoje estão intimamente ligadas ao setor de recursos naturais” (Conjuntura Econômica, 2007, p. 9).

Com esse padrão comportamental, tudo leva a crer que os chineses estão nos dizendo e nós não estamos querendo ver é que devemos realizar investimentos públicos vultuosos num vetor de crescimento econômico baseado na extração de matérias-primas, energia e alimentos para serem exportados para o centro dinâmico do processo de acumulação de capital nesse início de século XXI. Mais uma vez na história do continente, os países sul-americanos estão sendo induzidos a investir na consolidação de uma infra-estrutura de crescimento econômica orientada para fora. Adiado a necessária tarefa de investir em infra-estrutura de integração regional econômica, política, social e cultural dos sul-americanos. Realidade que se torna mais complexa ainda nesse momento histórico, na medida em que ainda não sabemos as conseqüências futuras da crise internacional e do *modus operandis* da recuperação do processo de acumulação de capital no nível planetário.

Essas colocações, a essa altura, nos obrigam a refletir sobre as conseqüências do modelo de desenvolvimento econômico chinês para os países da América do Sul, sobretudo à liderança regional do Brasil. Na nossa opinião, na realidade, o modelo chinês de desenvolvimento altamente dependente das vendas externas dos seus produtos industriais competitivos colide com as perspectivas de afirmação da liderança regional e da consolidação do Brasil como um *global trader*. Pois, demanda importação barata de matérias-primas, energia e alimentos com abertura comercial irrestrita para bens duráveis e semi-duráveis. Induzindo o Brasil e seus parceiros sul-americanos a, por um lado, se especializarem na produção de bens de baixo valor agregado e, por outro, a serem clientes cativos da produção chinesa, a qual, em muitas ocasiões, como vimos acima, compete com a base industrial diversificada do Brasil. O que significa desagregar cadeias produtivas inteiras na América do Sul, dificultando a consolidação dos processos de integração regional em andamento na região. A título de curiosidade, a China já suplantou o Brasil como primeiro parceiro comercial da grande maioria dos países sul-americanos, inclusive da Argentina, do Paraguai e do Uruguai no bojo do Mercosul. Num primeiro momento, realizou essa façanha por meio da importação de matéria-prima e energia, gerando assim superávits comerciais entre 1996 e 2001. A partir de 2002, a China deslocou o Brasil como principal exportador de bens semi-duráveis na região, tornando-se então superavitária no comércio exterior com a grande maioria dos países sul-americanos, inclusive o Brasil. Tendência que parece se consolidar a partir de 2008 e 2009 com a crise econômica internacional.

Isso significa que na fórmula chinesa de desenvolvimento a América do Sul é uma grande fazenda fértil com um celeiro abarrotado onde eles podem se abastecer com gêneros alimentícios de primeira necessidade e muita energia. É importante também na produção de algumas *commodities* industriais relevantes. Pode vir a ser um fornecedor de tecnologia de combustíveis renováveis como álcool e biodiesel até a consolidação de um novo modelo energético global. Essa assertiva pode ser comprovada pela análise dos 15 principais produtos sul-americanos importados pela China nos últimos anos, tal como vemos na tabela abaixo. Dessa maneira, podemos afirmar com algum grau de certeza de que "(...) a penetração da China na América do Sul tende a se consolidar, pelo menos no curto e no mediano prazo, como parte de uma estratégia global da potência asiática na procura de recursos energéticos e outras *commodities* visando a segurança energética e alimentar" (Vadell, 2007, p. 5). Apenas isso!

O significado disso é que caso o Brasil e os países sul-americanos não se desvinculem rapidamente da sua grande ilusão em relação ao papel da China nos seus respectivos processos de desenvolvimento econômico e social, as conseqüências futuras poderão ser drásticas. A título de ilustração, se continuarmos desempenhando o papel de possíveis exportadores de energia como os chineses querem não avançamos muito. É mais provável retroagirmos. Pois, segundo Pires (2007, p. 154) "enquanto persistir o padrão tecnológico baseado no motor a explosão interna, a produção de energia a partir da biomassa se configura como uma janela de oportunidade, aliás, pequena e breve". Com ela "Pode-se gerar emprego, renda e divisas, mas também degradação ambiental, desigualdade social e dependência" (PIRES, 2007, p. 153).

Para Paulino (2007, p. 172), a adesão do país ao Consenso de Washington "não apenas impediu o crescimento econômico, mas também levou a uma estagnação relativa de sua estrutura produtiva, tornando-o cada vez mais dependente da exportação de *commodities* e produtos de baixo valor agregado". Dinâmica que pode contagiar o país com a chamada "doença da vaca holandesa". O resultado disso é "(...) um padrão de comércio exterior que gera poucos empregos e perpetua no país um modelo econômico concentrador de renda que dificulta o desenvolvimento humano" (Paulino, 2007, p. 176). Aliás, na lógica do desenvolvimento econômico e social chinês, esse deve ser o papel que o Brasil e a América do Sul devem desempenhar na divisão internacional do trabalho no século XXI.

Além disso, na perspectiva dos mandatários chineses, a América do Sul deve ainda ser um mercado consumidor cativo dos seus bens industriais duráveis e semi-duráveis e, num futuro próximo, quando





sua base industrial de alta tecnologia estiver funcionando em pleno vapor, ser um consumidor residual de tecnologias. Pois, como salientamos acima, os excedentes do sucesso econômico chinês são aplicados no desenvolvimento de uma base industrial de alta tecnologia, na qual não há perspectiva de participação estratégica de nenhum país sul-americano. Exceto a experiência com o Brasil de fabricação de foguetes para o lançamento de satélites para fins civis, a qual vem trazendo bons resultados, mas é fruto de outro momento histórico e pensamento estratégico chinês.

Hoje, para evitar penar no futuro devido a ilusão chinesa que prevalece no momento, caberia ao Brasil e aos parceiros sul-americanos trabalhar em prol do fortalecimento de uma União Sul-Americana. Para tanto, é necessário buscar forjar consensos políticos mínimos que possibilitem “fortalecer” a “unidade” regional a partir da busca de sinergias que compensem pequenas, e muitas vezes ilusórias, perdas de soberania. Os acordos só evoluirão a partir da percepção de que favoreçam razoavelmente a todos. Um dos passos nessa direção poderia ser um “Foro Sul-Americano de Consulta e Concertação Política” que funcionasse como a coluna vertebral do sistema e possibilitasse “desenvolver um espaço sul-americano integrado no plano político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura de maneira a fortalecer a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva sub-regional, para a articulação com outras experiências de integração regional e o fortalecimento da América Latina e Caribe, outorgando-lhe maior gravitação e representação nos foros internacionais” (SCHMIED, 2007, p. 119).

Alguns dos eixos estratégicos em torno dos quais o consenso poderia ser buscado são: uma rota eficiente de ligação entre o Pacífico e Atlântico associada a uma rede de transporte eficaz ligando a região com potencialidade de parcerias futuras com a China; um acordo energético de amplas proporções; um *enforcement* das lógicas econômicas para a consolidação de cadeias produtivas regionais; um plano de crescimento auto-sustentado para a região amazônica; e um acordo para a preservação da água doce e dos recursos ambientais. A partir daí passos poderiam ser dados em direção à institucionalização de uma governança regional que inicialmente articularia e gerenciaria projetos decorrentes desses eixos estratégicos, garantindo o avanço do processo.

Obviamente, o aprofundamento dos eixos sinérgicos acima enunciados deve pressupor uma estratégia de integração multidimensional assentada na contigüidade territorial e nas sinergias sistêmicas com uma coordenação econômica induzida pelos Estados que promova economias de escala regional. Essa tarefa deve ser

satisfeita paralelamente as outras dimensões da integração como a social e a cultural. Muito provavelmente, o maior desafio estará em viabilizar interesses comuns e amenizar as aversões. Para tanto, ao princípio da não-intervenção deve-se somar o da não-indiferença numa visão solidária. Ou seja, cada país sul-americano deve sentir-se participar da vida do outro, estabelecendo-se na região nova política de fronteiras, de território e de contigüidade.

Essa mudança de perspectiva visa explorar um novo espaço transnacional de ação e poder num mundo de fronteiras porosas, onde um país da região pode até certo ponto se envolver na política interna do outro, garantida a reciprocidade dentro de regras comuns pré-estabelecidas. Essa nova ordenação política e jurídica precisaria ser entendida como um novo casamento institucional entre os Estados e a sociedade civil sul-americana e poderia se constituir em uma ampla fonte de novas legitimações, inclusive para o uso de meios militares para ameaças consideradas comuns (crime organizado, terrorismo, narcotráfico, etc.), utilizando um conjunto de *Mínima Moralia* de validade comum em benefício de todos, o que exige ampla legitimação democrática, dando resposta a uma política externa supranacional voltada aos interesses da região.

Durante o processo de concretização dessa estratégia cooperativa, dessa necessidade regional, o Brasil e os seus parceiros sul-americanos devem se relacionar com a China utilizando-a instrumentalmente para implantar um projeto regional que garanta desenvolvimento econômico, social e cultura para a população da América do Sul. Continuar no caminho da Ilusão Chinesa é exatamente pegar a rota oposta, aquela que já conhecemos: o subdesenvolvimento, o sofrer com a doença da vaca holandesa.

Notas

1. Esse ensaio condensa as reflexões por mim realizadas no “II Seminário Internacional de Direito e Ciências Sociais e Fórum de Análise de Conjuntura”, na mesa “Os impactos geopolíticos e socioeconômicos das relações América do Sul-China – a questão política e social”, ocorrida no dia 16 de outubro de 2008 na Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Campus de Marília, publicado originalmente no livro “Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul”, organizado por Paulino, Luis Antonio e Pires, Marcos Cordeiro. São Paulo: LCTE, 2009. ISBN: 9788579420023.



2. Vale lembrar que a China não cumpriu sua promessa de, em troca, apoiar a expansão do Conselho de Segurança da ONU e que uma das novas cadeiras fosse ocupada pelo Brasil. Justificou-se pelo feito utilizando como argumento o fato do Brasil ter realizado uma proposta de ampliação em conjunto com o Japão: um inimigo histórico.
3. Emblemática foi à desistência da produtora chinesa de aço Bao Steel da parceria com a Vale na construção de uma usina siderúrgica no pólo industrial de Anchieta (ES) (O Estado de São Paulo, 2009). Com a crise internacional se adensando desde o final de 2008 essas perspectivas de investimentos chineses na América do Sul tornam-se mais improváveis.

Bibliografía

Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, setembro de 2007, vol. 61, n. 9.

O Estado de São Paulo (2009). "Vale anuncia cancelamento de siderúrgica com Baosteel no ES". *Economia*, sexta-feira, 16 de janeiro de 2009.

Oliveira, ^a P. (2006). "Tentando compreender a China". *Política Externa*, vol. 15, n.1, 23-39, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

Paulino, L. A. (2007). "O Brasil e a divisão internacional do trabalho no século XXI: Exportar commodities é solução?". In: Corsi, F. L.; Alves, G.; Camargo, J. M.; e Vieira, R. L. *Dilemas da Globalização – O Brasil e a mundialização do Capital*. Londrina: Práxis e Bauru: Canal 6, 2007.

Pires, M.C. (2007). "São os biocombustíveis a solução para o atual problema energético mundial". In: Corsi, F. L.; Alves, G.; Camargo, J. M.; e Vieira, R. L. *Dilemas da Globalização – O Brasil e a mundialização do Capital*. Londrina: Práxis e Bauru: Canal 6, 2007.

Pires. M.C. (2006). "O impacto da presença chinesa sobre o comércio internacional da América Latina: 2000-2005 (Venezuela, Argentina e Brasil)". In: *Economia, Sociedade e Relações Internacionais – Perspectivas do Capitalismo Global*. Londrina: Práxis e Bauru: Canal 6, 2006.

Vadell, J. (2007). "As implicações políticas da relação China-América do Sul no século XXI". In: *Cena Internacional*. Vol. 9, n. 2, 2007.

